

CULTURA INDÍGENA (CIN)- SABERES E FAZERES PARA ALÉM DA ALDEIA: FIRMANDO A LUTA CONTRA O PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO INDÍGENA

INDIGENOUS CULTURE (CIN) - KNOWLEDGE AND ACTIVITIES BEYOND THE VILLAGE: STRENGTHENING THE FIGHT AGAINST INDIGENOUS PREJUDICE AND DISCRIMINATION

CULTURA INDÍGENA (CIN) - CONOCIMIENTOS Y ACTIVIDADES FUERA DE LA ALDEA: FORTALECIENDO LA LUCHA CONTRA LOS PREJUICIOS Y LA DISCRIMINACIÓN INDÍGENA

Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes

Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Triângulo Mineiro,
Uberaba, MG, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9214-1999>
E-mail: rita.mendes@uutm.edu.br

Bárbara Oliveira Rosa

Doutora em Serviço Social e Psicologia
Universidade Federal do Triângulo Mineiro,
Uberaba, MG, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7852-888X>
E-mail: barbara.rosa@uutm.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trazer a experiência do Projeto Cultura Indígena: saberes e fazeres (Cin), registrado na Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Os povos indígenas vêm passando por processos que deslegitimam sua cultura, processos estes que inclui violência, exploração, discriminação e muito preconceito, arrastando por gerações o apagamento dos povos originários, suas línguas, sua ancestralidade, suas cosmovisões, suas

vidas. Diante deste conhecimento e do relacionamento com indígenas, sentiu-se a necessidade de criar o projeto Cin, que desde então vem desenvolvendo atividades que visam o fortalecimento, reconhecimento e o respeito à cultura indígena, no afã de diminuir o preconceito e a discriminação do povo originário e proporcionar ações que possam contribuir com sua jornada.

Palavras-Chave: povos indígenas; educação, extensão universitária.

ABSTRACT

This article aims to present the experience of the Indigenous Culture Project: Knowledge and Practices Project (Cin), registered with the

Extension Office of the Federal University of Triângulo Mineiro (UFTM). Indigenous peoples have undergone processes that delegitimize their culture, including violence, exploitation,

discrimination, and prejudice, leading to generations of erasure of indigenous peoples, their languages, their ancestry, their worldviews, and their lives. Given this knowledge and the relationship with indigenous people, there was a need to create the Cin project, which has since been developing activities that aim to strengthen, recognize and respect indigenous

culture, in an effort to reduce prejudice and discrimination against native people and provide actions that can contribute to their journey.

Keywords: indigenous peoples; education, university extension.

RESUMEN

Este artículo presenta la experiencia del Proyecto Cultura Indígena: Conocimientos y Acciones (Cin), registrado en la Vicerrectoría de Extensión de la Universidad Federal del Triángulo Mineiro (UFTM). Los pueblos indígenas han atravesado procesos de deslegitimación de su cultura, que incluyen violencia, explotación, discriminación y numerosos prejuicios, arrastrando durante generaciones la desaparición de los pueblos originarios, sus lenguas, su ascendencia, sus

cosmovisiones y sus vidas. Dados estos conocimientos y la relación con los pueblos indígenas, surgió la necesidad de crear el proyecto Cin, que desde entonces desarrolla actividades que buscan fortalecer, reconocer y respetar la cultura indígena, con el fin de reducir los prejuicios y la discriminación contra ellos y brindar acciones que contribuyan a su desarrollo.

Palabras-clave: pueblos indígenas; educación, extensión universitaria.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo se propõe a discutir sobre a questão indígena e trazer a experiência do projeto de extensão Universitária CIn – Cultura Indígena: saberes e fazeres, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em Uberaba/MG.

Os povos indígenas do Brasil são os habitantes originários do território brasileiro e estavam presentes aqui antes da chegada dos europeus no final do século XV. Com a chegada dos portugueses, como já é sabido, os indígenas foram submetidos a uma nova crença, à escravização, às mortes por territórios e doenças, à violência com as mulheres e todo tipo de atrocidades, no afã da conquista das terras brasileiras e de suas riquezas. A maior riqueza encontrada no Brasil, que era o povo indígena e sua cultura, foi sendo dizimada, abatida a cada resistência, mudando significativamente os números de sua existência. Estima-se que em 1500, havia mais de 1000 povos, com mais de 1200 línguas diferentes. Hoje, de acordo com o censo de 2022, do IBGE, temos somente 305 povos reconhecidos oficialmente e 275 línguas diferentes.

Isso mostra que o apagamento do povo indígena é visível, o que não é tão visível é o lucro e o poder que se estabelece sobre essa violência e injustiça, muitas vezes com a anuência do próprio Estado, como é o caso do licenciamento ambiental para exploração de gás e óleo em terras indígenas, o que interfere inclusive no meio ambiente.

Os povos indígenas enfrentam desafios contínuos em relação à demarcação de terras, acesso à saúde e educação diferenciada, e proteção contra a violência. Projetos de extensão como o Cultura Indígena/UFTM, podem oferecer apoio social e educacional à causa, auxiliando as comunidades indígenas na defesa de seus direitos constitucionais.

2 OBJETIVOS

O presente artigo visa trazer reflexões sobre a questão indígena, mas também sobre o que a Universidade pode contribuir para mitigar o preconceito e a discriminação por meio de ações de valorização da cultura indígena. Os objetivos específicos deste trabalho é apresentar, fundamentar, discutir e destacar a relevância desta ação em particular, porém, como exemplo privilegiado da relevância e potencial de impacto social e acadêmico.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem qualitativa, descritiva-exploratória, com fontes bibliográficas e com análise pautada no método dialético. A abordagem qualitativa, descritiva-exploratória, segundo Flick (2005), é representada como um caminhar da teoria para a prática e vice-versa, ou seja, coleta-se dados bibliográficos e realiza-se sua interpretação, com base em um grupo de extensão que atua na realidade. A necessidade dessa abordagem se constitui principalmente pela “[...] pluralidade dos universos de vida [...]” (Flick, 2005, p. 2), permitindo perceber experiências, percepções

e impactos do grupo CIn – Cultura Indígena: saberes e fazeres.

Junto a isso, o método de investigação e análise foi o materialista histórico-dialético, que possibilitou perceber como as contradições se dão na realidade cotidiana e produzem movimento, já que “parte dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...]. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Para o método materialista histórico-dialético, a teoria não se reduz ao descrever sistematicamente ou detalhadamente o objeto, muito menos jogos de linguagem ou combates teóricos. Rompendo com uma visão positivista/empirista, de hipóteses que reduzem a causa e efeito, a teoria é uma modalidade de conhecimento, “[...] é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e representações do pesquisador” (Netto, 2011, p. 20).

O objeto de pesquisa, nesse sentido, tem uma existência que independe dos pesquisadores, ou seja, é pela teoria que o sujeito reproduz a dinâmica do objeto. “E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (Netto, 2011, p. 21). Por isso, esse método foi essencial para entendermos as ações do grupo CIn – Cultura Indígena: saberes e fazeres, as contradições sociais e qual é seu potencial de transformação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 SER INDÍGENA: UMA LUTA PELA PRÓPRIA EXISTÊNCIA

A terra não é nossa. Nós somos da terra.
Davi Kopenawa Yanomami

Segundo dados do IBGE 2022, temos 1.693.535 indígenas no Brasil, ou seja,

0,83% da população. Sendo que 54% (915.000) vivem em áreas urbanas e 46% (780.000) estão em áreas rurais. No entanto, somente 36,7% (622 000) encontram-se em terras indígenas, ou seja, 63,3% (1.071.000) estão vivendo fora de suas terras. (Campos, 2023).

Ser indígena, no Brasil de hoje, é mais que identidade: é resistência cotidiana. É manter viva uma história ancestral diante de séculos de apagamento, exclusão e violência. É afirmar a própria existência em um país que, muitas vezes, ainda nega os direitos originários sobre a terra, a cultura, a língua e o modo de ser. E ainda, ser indígena é viver em conexão com a terra não como propriedade, mas como extensão da vida. É entender a floresta como lar, o rio como parente, e o tempo como ciclo, não como linha reta. Essa visão de mundo, por vezes desprezada, carrega soluções para um planeta em colapso.

Na história dos povos originários não existe romance. A luta por ser ouvido, visto, respeitado e, por ter seus direitos efetivados é diária, incluindo a demarcação de terras, que neste momento está fragilizada com o marco temporal em discussão. A terra para os indígenas é vida e não lucro.

Nos últimos anos, o movimento indígena tem se fortalecido por meio de articulação política, produção intelectual e mobilização nas redes e nas ruas. A presença de lideranças como Sônia Guajajara (primeira-ministra dos Povos Indígenas do Brasil) é exemplo de um novo ciclo de protagonismo indígena no debate nacional.

Contudo, os desafios permanecem: segundo o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Cimi (2022), foram registrados 180 casos de invasões a terras indígenas, 176 casos de conflitos territoriais e 795 casos de violências contra a pessoa indígena.

A não demarcação das terras indígenas, propicia esta violência, além de possibilitar a exploração de madeira, minérios, assassinatos de indígenas e de indigenistas. As terras indígenas também estão sofrendo com exploração de gás e óleo, autorizada pelo próprio governo.

O Acampamento Terra Livre (ATL), há 21 anos vem trazendo o protagonismo dos povos originários nas frentes de discussões, mobilizações sociais e articulações políticas. A cada ano os povos indígenas se unem, num grande evento, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Neste, ilustram com sua cultura um espaço legítimo de reivindicações, de questionamentos, de debates, de moções, de demandas a serem atendidas, de denúncias e de resistência à tantas atrocidades. O evento sempre acontece em Brasília, DF, e neste ano de 2025 contou com 6 mil indígenas, de 150 povos. Dentre as principais reivindicações, pode-se destacar: revogação da Lei do Marco Temporal, fim da Câmara de Conciliação no Supremo Tribunal Federal e o protagonismo indígena na COP30.

Figura 1 – Acampamento Terra Livre 2025



Fonte: fotografia tirada pela pesquisadora (2025).

Com a afirmação de que não existe solução para crise climática sem terras e povos indígenas, a ATL coloca no centro a necessidade do país olhar para sua história, reconhecendo que os povos indígenas são os legítimos pertencentes deste território e, que seus direitos precisam ser efetivados, suas demandas atendidas e sua cultura valorizada e respeitada, tanto para os indígenas aldeados, quanto para os que vivem nas cidades, buscando sobrevivência e dependendo da garantia das políticas públicas

sociais, como a saúde, moradia, assistência, lazer, educação.

Sobre a educação, recentemente as universidades têm um papel fundamental na oferta de vagas para indígenas e, também na oferta de extensões universitárias, com projetos que incluem a população indígena, que desenvolvem atividades que propagam e valorizam a cultura, visando mitigar o preconceito e a discriminação.

4.2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A EXTENSÃO COMO FUNÇÃO SOCIAL

A extensão direciona que a universidade se pinte e se edifique de povo, de vozes, de cultura, de cotidiano, de firmeza e poder popular, abalando e movendo os pilares da soberba acadêmica.

(PPC Serviço Social UFTM)

As atividades de ensino, pesquisa e extensão são inerentes à Universidade Pública e trazem a dinâmica do ensino para a pesquisa e do ensino e pesquisa para a intervenção, colaborando para a ampliação e reforço do conhecimento adquirido em sala de aula.

A Constituição de 1988, trouxe o princípio da indissociabilidade entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão (Art. 207) e a LDB de 1996 (Lei no 9.394/96) estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Art. 43). A Extensão Universitária ganhou lugar de transformação, de um instrumento de mudança social e da própria universidade. No entanto, a Extensão Universitária só acontece embasada em conhecimentos, que vêm do ensino e da Pesquisa. Aqui reside a chave da qualificação da graduação. Mesmo que o Projeto CIn esteja na modalidade extensão, ele só acontece a partir do ensino e das pesquisas realizadas pelos integrantes do grupo. Em resumo, a extensão universitária é a síntese concreta das dimensões ensino e pesquisa.

Ao desenvolver as três dimensões, o grupo CIn se prepara para alcançar mais conhecimento teórico e prático e, além de entender que este dois termos, na verdade,

significam unidade, ou seja, em cada ação extensionista reside o processo de ensino e de pesquisa dialeticamente.

A extensão só é validada se atender as necessidades cotidianas da população, a qual mantém reciprocidade de aprendizados, a partir de campos abertos e sustentáveis de diálogos. A intenção premente é transcender os muros da academia rumo à construção de um saber coletivo, na direção da universidade vestida de povo, e assim, fazendo valer o espaço público, como espaço de todas e todos sujeitos sociais.

Além disso, tem toda uma discussão sobre a curricularização da extensão, em que se ela se torna obrigatória para a formação. Acredita-se que a curricularização é muito importante na medida que regulariza a pesquisa, o ensino e a extensão como fundamentais para a formação, tirando a extensão de uma posição de atividade complementar e não obrigatória.

Importante destacar que, ao incluir a extensão nos projetos pedagógicos dos cursos, as universidades passam a enfrentar um grande desafio, o orçamento para custear os projetos. Os editais lançados não são suficientes para alcançar todas as propostas. A extensão é obrigatória, mas não tem recurso, assim, não raras vezes, acabam dependendo do investimento de docentes, discentes e instituições da sociedade civil, abrindo brechas nesses financiamentos para a entrada do terceiro setor, o que é extremamente contraditório com na política de educação superior: o governo cria possibilidades de institucionalização da extensão, mas depende, em grande parte, de outrem para sua concretização.

O Projeto de Extensão Cultural Indígena: saberes e fazeres, nasceu sem recursos, mas de um grande desejo de existir para os povos indígenas. A partir de estudos sobre o tema e do conhecimento de existências de indígenas na cidade de Uberaba/MG, o projeto foi sendo forjado e moldado de acordo com o objetivo de formação acadêmica e de extensão às demandas da população indígena de variadas localidades e etnias e à comunidade Uberabense.

4.3 O PROJETO CIN

O projeto CIn nasceu em 2023, no Programa de Educação Tutorial (PET) e era intitulado Projeto Árvore. Tinha a intenção de se fortalecer como um grupo de estudo sobre as questões indígenas com atividades de apoio aos indígenas que vivem em Uberaba, como o evento: 1º Abril Indígena 2024, que aconteceu na UFTM.

Em 2024 ganhou autonomia, com cadastro próprio na Pró-Reitoria de Extensão e foi ampliado, avançando para atividades efetivas na UFTM e na comunidade Uberabense.

Figura 2 – Logo do Projeto CIn



Fonte: Projeto CIn/UFTM (2025).

O projeto contou e conta com discentes de diversas áreas do conhecimento, sendo Serviço Social, História, Letras, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, Pedagogia, Educação (pós-graduação), Educação do Campo, Enfermagem, Educação Física, Medicina, Engenharia de Produção, Ciências Biológicas.

Os conhecimentos produzidos pelas diversas áreas do saber transitam do singular para o universal reverberando os resultados para várias frentes no diálogo com a comunidade interna (acadêmica) e externa, incluindo a população indígena, que atualmente se encontra tanto na universidade como fora dela. Configura-se como aprendizado mútuo, de relações de troca e construções conjuntas entre os integrantes do grupo CIn. Todas as atividades do grupo buscam a valorização e a participação de cada área do conhecimento, numa relação horizontal, democrática, aprimorando os

debates e ampliando as intervenções na sociedade local. Os resultados do saber construído neste espaço, qualifica a graduação de cada envolvido, devolvendo conhecimento para cada curso, além de criar habilidades e sabedoria no trabalho com a sociedade e com a população indígena.

O Projeto CIn tem como objetivo geral possibilitar aos estudantes da UFTM e escolas públicas de ensino fundamental aprofundarem conhecimentos acerca da questão indígena: social, econômica, política, ambiental e cultural/cosmologia e contribuir com a comunidade indígenas em suas demandas. O tema deve ser tratado nas escolas com profundidade para que os jovens percebam a importância desses povos, valorize e defenda sua cultura, além de ter uma consciência crítica sobre tudo que envolva a questão indígena, desde a política, a violência, a injustiça, as leis, a sobrevivência, o meio ambiente.

O Projeto CIn traz para o debate a atualidade dos povos indígenas a partir de sua história e resistência, para que suas identidades culturais possam ser mantidas e/ou reavivadas, sendo este um grande desafio.

O projeto de Extensão Cultura Indígena: Saberes e Fazeres (CIn) atualmente conta com aproximadamente 45 estudantes de todos os cursos da UFTM e tem possibilitado aos discentes cumprirem as extensões de disciplinas mistas e não, com aprendizados sobre a cultura dos povos indígenas, suas lutas e desafios, visando atuarem junto às escolas de ensino fundamental, para que em sua totalidade possam aproximar desse debate e, para além, identificar indígenas nas escolas. Muitos indígenas não se declaram por medo da discriminação e preconceito. Esta extensão pretende criar meios de romper com este cenário e criar possibilidade de inclusão. Também traz como real a oportunidade de acessar a Universidade Pública.

O projeto oferece oportunidade para que as comunidades indígenas de Uberaba possam participar do Projeto CIn. Ao mesmo tempo que os/as estudantes aprendem com sabedoria indígena, também os auxiliam em suas demandas.

O projeto também inclui os estudantes indígenas da UFTM, que entram por cotas

ou não. Conta com a participação periódica dos indígenas da cidade de Uberaba – povo Pataxó e Guajajara e, também tem a participação online de um indígena do povo Tikuna, do Amazonas, que contribui com ensinamentos de seu cotidiano numa aldeia de Benjamin Constant.

O CIn também visa ser um instrumento de permanência aos estudantes e aos estudantes indígenas na Universidade, por possibilitar integração, socialização, acolhimento, trabalho em equipe, podendo criar entre seus integrantes o sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo que amplia a qualidade da graduação dos estudantes e estudantes indígenas.

Todas as atividades buscarão a valorização e a participação de cada área do conhecimento, numa relação horizontal, democrática e interdisciplinar, aprimorando os debates e ampliando as intervenções na sociedade local.

As rodas de conversas com o povo indígena da etnia Pataxó, Guajajara e Tikuna são fundamentais na formação dos estudantes envolvidos na execução do projeto, bem como na formação dos estudantes da rede pública, por promover uma compreensão a partir da realidade dos povos indígenas e contribuir com a valorização da pluralidade étnica e cultural dos povos originários do Brasil, que há tempos vem sendo negligenciada também nas escolas.

Tem como proposta:

- Criar espaços de leituras e debates para aprendizado e segurança nas práticas de extensão;
- Criar rodas de conversa sobre a questão indígena e o meio ambiente nas escolas de ensino fundamental em Uberaba;
- Possibilitar aproximação do tema "Questão indígena e meio ambiente", junto aos acadêmicos da UFTM, por meio de rodas de conversa e debates;
- Possibilitar vivências sobre a cultura indígenas e seus desafios, visitando aldeias indígenas;

- Auxiliar a UFTM na organização e execução do evento anual Abril Indígena;
- Possibilitar momentos de criatividade, conhecimentos acerca dos significados da cultura indígena e, ainda criar um espaço de socialização de saberes e alegrias;
- Elaborar e executar política de finanças para que o grupo possa investir nas atividades planejadas;
- Realizar momentos de descontração, partilha de saberes, aprendizado e socialização com noites de lua e recitação de poemas e músicas;
- Criar momentos de conversa com os povos originários, tanto de Uberaba, como de outras aldeias, com vistas ao fortalecimento do saber nas ações de extensão;
- Elaborar e apresentar trabalhos científicos com base no aprendizado adquirido durante a participação no projeto CIN;
- Estabelecer compromisso de participação nas reuniões do grupo CIN de forma semanal;
- Assistir a filmes que contemplam a temática indígena;
- Atender às demandas da comunidade indígena;
- Aproximar da medicina ancestral indígena.

Devido à diversidade de cursos, o encontro presencial se dá sempre uma vez por semana e outros encontros, como demandas específicas são realizadas de forma remota. À medida que cada integrante participa do projeto, ele vai alimentando um clipping da sua evolução acadêmica, o que traz uma personificação e individualização do que cada um apreende deste espaço. Tudo é de alguma forma registrado e isso também desvela a dinâmica do CIn em fotos, vídeos, posts e publicações.

O estudo é fundamental para alinhar o conhecimento sobre meio ambiente, cultura indígena, questão social e sociedade. A dinâmica adotada pressupõe leitura e discussão em grupo e, é nestes debates que a consciência vai se formando e fortalecendo possibilidades de ações concretas.

O espaço do saber também se abre para receber indígenas de várias etnias para roda de conversa, com objetivo de conhecer a cultura indígena e seu cotidiano, percebendo as diferenças culturais e a riqueza que nos traz. Observar e compreender o diferente, contribui para mitigar o preconceito e alavancar ações antidiscriminatórias e inclusivas.

O resultado destes estudos é impresso nos planejamentos de projetos como o CIn na Escola Pública, que desenvolve atividades como o de promover a cultura indígena com crianças. Nas primeiras atividades as crianças visitaram a Universidade UFTM, onde assistiram uma palestra com indígenas e um filme sobre a temática. As demais atividades foram realizadas na escola Municipal Bezerra de Menezes/Uberaba/MG, como teatro com as próprias crianças sobre a lenda indígena Vitória-Régia; desenhos e manifestação do que entenderam sobre a lenda e pintura da Vitória-Régia, como vemos na fotografia a seguir:

Figura 3 - Vitória-Régia



Fonte: fotografia tirada pela pesquisadora (2025).

Além disso, foram realizadas brincadeiras indígenas, sobre sol e lua, como também uma atividade artística com sementes, sempre reforçando a conexão do indígena com a natureza, com a Terra. Em outro momento, foi desenvolvido um teatro na caixa, falando da importância do barro para o artesanato indígena. As crianças produziram seus próprios vasos de barro.

Figura 4 – Artesanato em barro



Fonte: fotografia tirada pela pesquisadora (2025).

Muitas vezes, a cultura indígena é marginalizada ou folclorizada. Por isso, o projeto de extensão atua na valorização e no reconhecimento dessas culturas, destacando sua relevância para a formação da identidade brasileira. Isso vem sendo feito por meio da divulgação de artes, brincadeiras, lendas, e cosmovisões, mostrando que esses saberes são vivos e contemporâneos. Além disso, as atividades contribuem para romper estereótipos e preconceitos sobre os indígenas.

Assim, o projeto de extensão acontece em diferentes horários e dias para atingir os diferentes perfis de alunos, como por exemplo os alunos trabalhadores. Também, conforme já dito, se caracteriza por ser interdisciplinar. Esse projeto contribui para uma formação mais crítica e ativa dos estudantes, possibilitando a ampliação de profissionais mais engajados e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa.

O Projeto Cln também tem como um de seus objetivos atender as demandas da comunidade indígena. A cidade de Uberaba, pelo Censo 2022 existe 240 pessoas, autodeclaradas, o que representa aproximadamente 0,07% da população municipal. Dentre estes se fizeram conhecidos alguns indígenas de etnia Pataxó e Guajajara, ao apresentarem à UFTM um projeto intitulado Abril Indígena. A UFTM acolheu a proposta tendo o projeto Árvore inicialmente como apoio e em 2025 o projeto Cln.

Portanto, a iniciativa é fruto da parceria entre lideranças indígenas e membros da comunidade acadêmica — docentes, discentes e técnicos administrativos — com o

objetivo de ampliar os conhecimentos da comunidade acadêmica e de Uberaba sobre os povos indígenas, de valorização dos seus saberes e fazeres, de criar espaços de diálogo, de aprendizado, e celebração da pluralidade cultural e indígena, fortalecendo assim o respeito à diversidade e promovendo a convivência intercultural.

A programação do 1º Abril Indígena possibilitou momentos de criatividade, conhecimentos acerca dos significados da cultura indígena (oficinas de artes, grafismo, cartazes, mesa redonda com povos de várias etnias, rodas de conversa) e, ainda, criou um espaço de socialização de saberes e um espaço de discussão política.

O 1º Abril Indígena (2024), ao encaminhar moção à UFTM para garantia das cotas indígenas, iniciou um processo de discussão sobre a causa, que findou na delimitação das cotas indígenas por curso, firmando o respeito à lei a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) que garante a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas, incluindo critérios de recorte étnico-racial, o que beneficia indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência.

Já o 2º Abril Indígena 2025, recebeu os novos estudantes da UFTM com o fogo sagrado, e estendeu a programação pela semana com oficinas de cartazes, cestaria, grafismo corporal, literatura indígena, Muka Mukaú: canto e encantos poéticos, Mesa-redonda: "Território Aldeia e Educação como espaços de (re)existência, identidade e dignidade", exibição de filmes infantis, roda de conversa com escolas públicas e com estudantes da UFTM, lançamento do livro *Maracá Militante, Alma de um Povo*, de Japoterú Pataxó e Yaowa Guajajara, que integra a Ação Curta FeLi, Sarau Cultural.

Figura 5 – Oficina de Cartazes 2º Abril Indígena



Fonte: fotografia tirada pela pesquisadora (2025).

Figura 6 – Oficina de Cartazes – 2º Abril Indígena



Fonte: fotografia tirada pela pesquisadora (2025).

Entre os principais propósitos do 2º Abril Indígena, destacam-se:

- **Sensibilizar e provocar reflexões** a partir de vivências com as línguas, etnias, conhecimentos tradicionais e expressões artísticas dos povos indígenas;
- **Criar espaços de escuta e debate** sobre os desafios interculturais contemporâneos, com vistas à construção de novas possibilidades de superação;
- **Reafirmar os direitos dos povos indígenas** frente a retrocessos e desigualdades históricas, promovendo a valorização de suas culturas, memórias e presenças nos contextos local, regional e nacional.

Figura 7 - Cartaz Direitos Sem Retrocessos, afixado nos andares do Centro Educacional da UFTM



Fonte: fotografia tirada pela pesquisadora (2025) – 2º Abril Indígena.

Importante destacar que o Abril Indígena é protagonizado inteiramente pelos indígenas. Estiveram presentes no evento de 2025, além dos organizadores indígenas da cidade Pataxó e Guajajara, mais 14 indígenas da etnia Pataxó e Hã Hã Hãe da Aldeia Katuramã de Belo Horizonte, o que fez o encheu o evento de riqueza cultural.

A organização da mesa redonda com autoridades, lacrou a discussão acerca de um território para os povos indígenas de Uberaba, com um abaixo-assinado às autoridades competentes da cidade, Ministério Público e outros.

A exposição de artesanatos indígenas é um diferencial em cada edição do Abril Indígena, marcando o protagonismo de homens e mulheres na criação e reprodução de artes ancestrais.

Além do apoio ao Abril Indígena, o CIn também atende outras demandas indígenas referentes à concorrência de editais, quando solicitada por indígenas. No ano de 2024, para o povo Pataxó foram elaborados 2 projetos, sendo 1 para o Ministério dos Povos Indígenas (Festival) e outro para a Fundação Nacional dos Povos indígenas (A Chamada de Projetos Culturais de 2024, "Edital de Premiação Cunhambebe

Tupinambá"). Projeto de atividades indígenas para o SESC, já para o povo Tikuna, foram feitas orientações acerca de projetos de pesquisa e a criação de um livro infanto-juvenil sobre a história do Povo Tikuna.

A participação em eventos científicos é essencial para divulgar o conhecimento produzido no Projeto CIn e alcançar pessoas que querem se apropriar deste assunto. A participação do CIn no 1º Seminário Internacional de Promoção de Saúde – UFTM com apresentação e publicação de trabalho sobre a saúde dos Indígenas foi considerado importante debate sobre a política de saúde pública para os indígenas e seus limites quanto à cultura.

O grupo se reúne semanalmente para estudos e tem em seus planejamentos obras de autores como Krenak, Paulo Freire, Marx, Japoteru Pataxó e Yawoa Guajajara, David Copenawa Yanomami, Eliane Potiguara, entre outros como legislação brasileira e políticas sociais.

Por fim, é um projeto que contribui para a formação profissional de indígenas e não indígenas e desenvolve atividades sobre o tema que atendam às demandas da comunidade.

5 CONCLUSÃO

O Projeto CIn traz a oportunidade de aprofundar as discussões acerca das questões e desafios que afetam os povos indígenas brasileiros, dentre eles a demarcação de terras, a preservação ambiental, a valorização da cultura indígena, o respeito aos interesses indígenas e a garantia de direitos.

Os resultados deste trabalho reverberam na ampliação do conhecimento dos estudantes integrantes do CIn e, também, na sociedade civil, que recebe os conteúdos a partir da difusão do conhecimento produzido neste espaço. O propósito final é alcançar a valorização dos povos originários e ampliar as suas condições de vida e existência.

O projeto contribui para efetivação a lei n. 11.645/2008, que introduz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nas escolas e possibilita que os estudantes que acessam a Universidade tenham condições de estudar, criar vínculos e oportunidades que venham trazer conhecimentos profissionais de qualidade, que vivam o ambiente da pesquisa, ensino e extensão e, que possam transformar suas vidas e da comunidade que estejam atuando.

Assim, a relevância do projeto se constitui como uma ponte vital entre o conhecimento acadêmico, a cultura indígena e as realidades sociais. O projeto de extensão promove a visibilidade e o reconhecimento das culturas e direitos dos povos indígenas, como também contribui para a transformação social, pensando em uma sociedade mais igualitária e intercultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, Ana Cristina. **Censo 2022- Brasil tem 1,69 milhão de indígenas** :Regiões Norte e Nordeste concentram o maior número. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/censo-2022-brasil-tem-169-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil 2022**. Disponível em: <https://cimi.org.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Art. 231.

FLICK, Uwe. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2005.

IBGE CIDADES. **Censo 2022, Cidade Uberaba/MG**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 26 jun 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo:

Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. Leal de; BRAGATTO, J. Ruy; LIMA, M. Montenegro de Souza. A inconstitucionalidade do marco temporal: riscos e ameaças à tutela dos povos indígenas originários do brasil. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v.10, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25245/rdspp.v10i3.1349>.

PPC. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. 2024. Disponível em: <https://sistemas.ufsm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=312&publicacao=778>. Acesso em: 03 jul. 2025.

TAVARES. Apontamentos sobre proteção social e a filosofia dos povos originários.

Revista rebela, v.6, n.3. set./dez. 2016. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2596>. Acesso em: 26 jun. 2025.